



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 31

-----Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

----- **Vereadores:** ----- **Francisco Manuel Canudo Sena** -----

----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----

-----**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**-----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Moura realizada a dezanove de novembro de dois mil e catorze-----

-----**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

-----Agradecimento da Santa Casa da Misericórdia de Moura pela oferta de frascos de mel -----

-----Agradecimento da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador pela oferta de frascos de mel-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Agradecimento do Centro Infantil de Nossa Senhora do Carmo pela oferta de frascos de mel -----

-----Agradecimento do Núcleo Regional do Sul da Liga Portuguesa Contra o Cancro pela colaboração e ajuda concedida na divulgação e realização do Peditório -

-----STAL- Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins - Pela Autonomia de Poder Local / Pela Publicação dos ACEP-----

-----APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Moura - Protocolo do Edifício do Conde Ferreira -----

-----Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português - Propostas de Alteração do Partido Comunista Português ao Orçamento do Estado para 2014-----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de Alteração dos Corpos Sociais da empresa Lógica, E.M.-----

-----Proposta para conhecimento do Relatório do 1.º Semestre do ano de 2014 da empresa Lógica, E.M. -----

-----Proposta de Atribuição dos Lotes 3 e 4 da Fase 1 da UP 11 em Moura - Averbamento de Lotes às empresas: Planuber, Unipessoal, Lda. e Apismellifera - Produção/Exportação, Lda. -----

-----Proposta de Atribuição de Lote na UP 11 - Pedido de prorrogação do prazo para apresentação do projeto -----

-----DIVISÃO DE APOIO SOCIAL SAÚDE E EDUCAÇÃO -----

-----Proposta de Aprovação da Lista Definitiva para atribuição de duas Bolsas de Estudo para o Ensino Superior referente ao ano letivo de 2014/2015 -----

-----Proposta de Aprovação da Lista Definitiva para atribuição de uma Bolsa de Estudo para o Ensino Secundário Artístico referente ao ano letivo de 2014/2015-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Proposta de Aprovação da Isenção ao Pagamento do Passe Escolar para o ano letivo de 2014/2015-----

-----Proposta de Aprovação do Acordo Protocolar com o Clube de Futebol de Santo Aleixo da Restauração revogando a Deliberação de Câmara de 10 de setembro de 2014 referente à citada entidade-----

-----Proposta de Isenção do Pagamento dos dois primeiros meses de utilização do Ginásio do Pavilhão Gimnodesportivo pela Associação Portuguesa de Karaté Shotokan-----

-----DIVISÃO DE CULTURA PATRIMÓNIO E DESPORTO-----

-----Proposta de Apoio Financeiro à Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial para pagamento da participação da Banda Filarmónica União Musical Amarelejense/ Novenas Nossa Senhora Imaculada Conceição-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----

-----Vistoria de Conservação do Edificado ao "Edifício da Antiga Fábrica de Moagem"-----

-----Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Atividades Agroindustriais desenvolvidas na Herdade dos Cotéis - Prédio Rústico com o artigo matricial, n.º 13, da Secção A da Freguesia de Santo Agostinho - Requerente: Cotéis Produção e Comercialização Agroalimentar, Lda. / Homologação dos procedimentos indicados nos pontos 1 e 2 do texto da página 5/6-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Iniciou a sua intervenção o vereador Francisco Canudo Sena para questionar acerca da aceitação e da forma como havia decorrido a reunião entre a Contenda, a Associação de Criação do Bovino Mertolengo e Câmara Municipal de Moura.------



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Seguidamente pediu a palavra a vereadora Maria de Fátima Ourives para fazer um reparo acerca da Piscina Coberta, que tem na entrada do balneário número dois “um caudal de água a cair para o chão”, o que levaria os utilizadores que quisessem aceder a este tivessem que passar por cima de uma toalha, que estava colocada sobre o chão bastante escorregadio, sendo que quando chovia, a água cairia em cima de uma lâmpada fluorescente que já tendo sido retirada mas cuja calha lá continuava, crendo em sua opinião, que esta situação representava algum perigo, por uma zona de água e electricidade, e logo não “combinarem”, pelo que questionava o Presidente sobre esta situação, da qual já deveria ter conhecimento e se já haviam sido efectuadas algumas “*démarches*” a fim de colmatar a situação. ----

-----O Presidente iniciou a sua intervenção esclarecendo o vereador que como resultado da referida reunião a Associação de Criação do Bovino Mertolengo teria ficado de apresentar uma contraproposta, por reconhecer que existe, da parte da Câmara Municipal, alguma razão face às questões levantas, nomeadamente em relação à gestão do espaço comum. Mais adiantou que o objectivo seria a continuação do diálogo entre as partes, esclarecendo que em todas as reuniões teria estado presente o Administrador Executivo, e por seu convite pessoal também o Dr. João Cordovil. Relativamente ao problema existente na Piscina Coberta referido pela vereadora, o Presidente disse desconhecer o assunto pelo que, iria diligenciar a resolução do mesmo. Seguidamente o Presidente registou três factos que considerava relevantes, o primeiro referente à abertura do Espaço Ágora que, a partir desse momento passaria a desenvolver o seu atividade em pleno, pelo menos naquilo que diria respeito ao Gabinete de Habitação durante alguns meses; como segunda nota comunicou a atribuição de um prémio nacional ao Projeto de Reabilitação da Mouraria de Moura, mais informando que se deslocaria a Lisboa no dia seguinte para receber o prémio em questão lhe seria entregue pelo Sr. Ministro do Ambiente, registando com grande satisfação este reconhecimento pelo trabalho que em Moura, ao longo dos anos se tem vindo a realizar no âmbito da reabilitação; por fim, leu uma informação que lhe pareceria pertinente face a uma questão anteriormente colocada pelo vereador Francisco Canudo Sena sobre as chuvas no Sobral da Adiça no passado dia 13 de novembro que passou a ler.(doc.01/31)-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----O vereador Francisco Canudo Sena no uso da palavra agradeceu o esclarecimento no âmbito da pluviosidade ocorrida no Sobral da Adiça esclarecendo que na sua anterior alocução, ao mencionar os valores referentes à mesma, estes não seriam falsos, podendo quanto muito a informação que lhe serviu de base não estar correta, referindo ter em seu poder os dados que na altura entendeu serem de uma entidade credível (*tempo europa*), contudo a fazer confronto com as informações dadas pelo Presidente esta não se mostrou fidedigna, por conseguinte, ali estariam representados os dados de 3mm de pluviosidade desse dia e 2mm no dia seguinte, deixando também o registo dos dados fornecidos. Para concluir o assunto o Presidente disse existirem imensos dados a ser recolhidos, informando inclusivamente até a existência de agricultores que a nível particular têm estações de recolha e medição, que não serão considerados fiáveis, pelo que, na presente altura, o único que a Câmara considerava como tal seria o da Estação Agro-Meteorologia dos Lameirões, por este estar ligado a uma entidade que se dedica ao problema do regadio, sendo que, na presente altura, nem os dados do IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera seriam utilizáveis, pelo facto de proximidade, uma vez que o mais perto se situava em Beja, logo, demasiado longe no que respeitava a esta medição, sendo neste caso válido o apresentado pelo Presidente e que iria ficar apenso à presente ata. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente deu como encerrado este período. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 02/31 -----

-----Foi presente resumo diário n.º225, da Tesouraria, referente ao dia 02/12/2014, que regista um saldo de 1.602.822,99€, em Operações Orçamentais. ----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA A DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

-----Colocadas à discussão e análise as atas n.ºs 27 e 29 referentes às reuniões extraordinária de 30 de outubro e ordinária de 19 de novembro de 2014, foram as mesmas colocadas à votação sendo a primeira **aprovada com cinco votos a favor e duas abstenções dos vereadores Maria de Fátima Branco Roberto Ourives e José Gonçalo Garradas Valente, por não terem estado presentes na reunião, e a segunda com cinco votos a favor e duas abstenções do Presidente e do vereador José Gonçalo Valente.** -----

-----Reportando-se à ata nº 29 da reunião de Câmara de 19 de novembro, o vereador Francisco Canudo Sena solicitou, no assunto referente à pluviosidade ocorrida nos dias 13 e 14 de novembro no Sobral da Adiga, a inclusão na mesma da afirmação do Presidente face ao desconhecimento do volume pluviométrico verificado no local. Ainda no que respeitava a este assunto, entendia o vereador que deveria constar da referida ata a afirmação do Presidente da Câmara quando este refere dirigindo-se a ele: “o tom coloquial com que o vereador utilizava não lhe metia medo” tendo o vereador Francisco Canudo Sena retorquido que “muito lhe satisfazia tal pensamento por sempre ao longo da sua vida, tudo ter feito para que ninguém o temesse”.--

-----Neste contexto, o Presidente frisou que doravante, perante as suspeições suscitadas pelo vereador sobre quem dirige a reunião de Câmara e quem elabora as atas, situação já recorrente noutras reuniões, em que o vereador Francisco Canudo Sena se refere a este mesmo assunto, solicitava que fossem transcritas todas as suas intervenções, desde que manifestasse interesse nesse sentido. Face à posição defendida pelo vereador, o Presidente opinou que sempre até à presente data se considerava “agnóstico”, no entanto e doravante acreditaria que Deus existia, e que “Ele havia permitido que o vereador não fosse eleito Presidente da Câmara Municipal, foi uma intervenção Divina porque a manter-se este estilo, isto seria uma catástrofe permanente”, esclarecendo que as atas seriam uma síntese do que se passaria numa reunião



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

de Câmara e não uma transcrição integral e exaustiva, caso contrário a Câmara veria nas suas atas uma narrativa completa, não sendo de todo isso que se pretendia.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

AGRADECIMENTO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MOURA PELA OFERTA DE FRASCOS DE MEL

DOC.03/31

Foi presente ofício da Santa Casa da Misericórdia de Moura, a agradecer a oferta de frascos de mel à mesma instituição.

TOMADO CONHECIMENTO

AGRADECIMENTO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA (SANTO AGOSTINHO E SÃO JOÃO BATISTA) E SANTO AMADOR PELA OFERTA DE FRASCOS DE MEL

DOC.04/31

Foi presente ofício da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, a agradecer a oferta de frascos de mel à mesma.

TOMADO CONHECIMENTO

AGRADECIMENTO DO CENTRO INFANTIL DE NOSSA SENHORA DO CARMO PELA OFERTA DE FRASCOS DE MEL

DOC.05/31

Foi presente carta do Centro infantil de Nossa Senhora do Carmo a agradecer a oferta de frascos de mel feita àquela instituição.

TOMADO CONHECIMENTO

AGRADECIMENTO DO NÚCLEO REGIONAL DO SUL DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO PELA COLABORAÇÃO E AJUDA CONCEDIDA NA DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PEDITÓRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DOC.06/31 -----

-----Foi presente email da Liga Portuguesa Contra o Cancro dirigida ao Presidente da Câmara Municipal a agradecer a colaboração e ajuda prestada na divulgação e realização do Peditório.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----STAL- SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS - PELA AUTONOMIA DE PODER LOCAL / PELA PUBLICAÇÃO DOS ACEP-----

-----DOC.07/31 -----

-----Foi presente email do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins pela autonomia de Poder Local e pela Publicação dos ACEP.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----APPACDM - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE MOURA - PROTOCOLO DO EDIFÍCIO DO CONDE FERREIRA-----

-----DOC.08/31 -----

-----No sequência da reunião de Direção da APPACDM realizada a 21 de novembro, foi deliberado aceitar o pedido da Câmara Municipal para que de forma alternada fosse efectuado o pagamento das duas tranches que faltam liquidar no valor de 96.666,67€, ficando então estabelecido que este valor será pago de forma faseada no decurso do ano 2015.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS - PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS AO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015-----

-----DOC.09/31 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente email enviado por Paula Santos, deputada do Grupo Parlamentar do PCP, a dar conhecimento do conjunto de propostas apresentadas por este grupo parlamentar acerca da alteração ao Orçamento do estado para 2014.-

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----**PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS DA EMPRESA LÓGICA, E.M.**-----

-----**DOC.10/31**-----

-----No seguimento do processo de reestruturação na Lógica E.M., foi presente proposta de que os corpos sociais da mesma tenham a seguinte constituição: Assembleia Geral: Presidente – José Maria prazeres Pós-de-Mina; Vice-Presidente – João Paulo Trindade; Secretário – Ana Maria Farinho; Conselho de Administração: Presidente – Santiago Augusto Ferreira Macias; Vice-Presidente – Maria de Jesus Mendes; Vogal – Manuel José Matos; Fiscal Único: P. Matos Silva, Garcia Jr., Caiado & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.-----

-----No âmbito da presente proposta pediu a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para questionar das razões que teriam conduzido à saída do Administrador Executivo da referida empresa. Sendo que a alteração proposta relativa ao novo Administrador Executivo passaria por um funcionário com competências e bastante comprometimento com aquilo que será o seu desempenho, questionava quem futuramente assumiria estas funções de forma objectiva.-----

-----O Presidente informou que a saída do Dr. Helder Pancadas das funções de Administrador Executivo da Empresa Lógica dever-se-iam apenas a razões de ordem pessoal, quanto à Dra. Maria de Jesus Mendes, seria ela que objectivamente, em conjunto com os responsáveis técnicos da Lógica, iria assumir o papel de administradora executiva sendo que a esse cargo não acresceria qualquer tipo de remuneração. A Lógica teria vários responsáveis por sector, pelo que a Dra. Maria de Jesus Mendes iria fazer a coordenação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

desses sectores independentemente de a curto prazo poder ser encontrada uma solução alternativa que permitisse dar um outro tipo de continuidade à função que se pretende dar à Lógica, embora a Câmara Municipal não pretenda carregar a folha salarial da Empresa Lógica, uma vez que pagar a um Administrador implicaria um encargo substancial. -----

-----**DELIBERADO, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA APROVAR A CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS SOCIAIS DA LÓGICA E.M.** -----

-----**PROPOSTA PARA CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DO 1.º SEMESTRE DO ANO DE 2014 DA EMPRESA LÓGICA, E.M.**-----

-----**DOC.11/31** -----

-----Foi presente, para conhecimento, Relatório do 1.º semestre 2014 da empresa Lógica, EM. -----

-----Neste âmbito pediu a palavra o vereador António Gomes principiando por tecer algumas considerações acerca do presente relatório. Em primeiro lugar chamaria a atenção para o facto do Regime Jurídico relativamente às Empresas Locais, artigo 42º o qual previa um conjunto de obrigações a que estas últimas estariam obrigadas em termos de transparência de informação. O referido artigo teria, entre outros, na alínea e) um documento que, tal como o diploma o referia, devia ser remetido ao Órgão Executivo da Entidade Pública Participante, que no presente caso seria a vereação, tratando-se de um relatório trimestral sobre a execução orçamental, alegou estar-se no mês de dezembro e só agora estar perante o primeiro relatório, verificando que muitas vezes não eram cumpridos alguns princípios e regras que seriam recomendáveis que o fossem. Prosseguiu, fazendo referência em concreto aos documentos constantes do relatório, que embora lhe parecesse apresentar-se completo, aludia contudo que a parte do relatório do revisor oficial de contas se apresentava incompleto, referindo concretamente o preâmbulo de auditoria em que alude à análise do cumprimento das disposições legais e estatutárias “não constante do relatório”; rácios financeiros que estaria no documento;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

execução orçamental que colocava em dúvida se se apresentaria completo, pelo que, solicitava que essa situação fosse verificada e, caso existisse falta de documentação, a mesma seguisse para os vereadores. Já no que respeitaria ao relatório elaborado pela Empresa Lógica, o vereador António Gomes chamou a atenção face aos proveitos relativos ao primeiro semestre que representariam apenas 35% do total previsto para o ano; ao nível da prestação de serviços apenas viu concretizados 23% daquilo que estaria previsto para o trimestre, o que na sua opinião, seria manifestamente muito pouco; relativamente ainda à questão da prestação de serviços detectara na 5ª página do relatório a indicação de que o atraso no valor da prestação de serviços se deveria ao atraso da Câmara nos pagamentos do contrato programa, logo, considerar o contrato programa uma prestação de serviços não lhe pareceria, em sua opinião, a forma mais ajustada de contabilizar estas verbas, contrariando, segundo o seu parecer, o espírito da lei, uma vez que esta quando impõe que 50% das receitas correspondam à prestação de serviços não estaria certamente a ter em conta essa prestação feita à entidade pública participante. Continuou ainda a análise fazendo desta vez referência às despesas que verificava, das quais 74% diriam respeito a gastos com o pessoal, proporção esta que habitualmente se verifica em empresas de mão-de-obra intensiva, aludindo que, a Lógica não deveria cingir-se apenas a postos de trabalho, devendo constituir-se como uma mais-valia do ponto de vista do valor acrescentado para o município. Referiu ainda uma questão de pormenor, que, no entanto, deveria ser corrigida, na 12ª página, onde são referidos dados do 1º trimestre, seria no seu ponto de vista, dados do segundo. Manifestou ainda preocupação face a outra questão que teria a ver com a manutenção/subsistência da Lógica e os requisitos que a lei impunha para que as empresas locais pudessem continuar a sua actividade fazendo menção concreta ao artigo 62º que prevê os requisitos e define quatro critérios. Mais acrescentando que o que relatório apresenta face a estes, suscitava algumas dúvidas, porque relativamente a um deles aparece como não estando cumprido nos três anos anteriores, o que supunha ser um lapso;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

na página 13, existiria eventualmente outro lapso, no entanto, o terceiro critério, alínea c) apresentava nos anos de 2011, 2012 e 2013 resultados negativos. Ainda fazendo menção aos critérios, o vereador apontou para um daqueles que não estaria a ser cumprido apresentando no final do semestre um valor de 8,9% sendo esta a percentagem das vendas e prestações de serviços até junho, devendo estes apresentar até ao final do ano pelo menos 50% dos gastos totais, expressando ser um sinal de alerta que deveria ser levado muito em conta. Quanto ao relatório de auditoria, o vereador mencionou ter observado no que se referia ao cálculo da margem de lucro e da margem económica valores que, na sua análise, só poderiam resultar de um lapso, em 2013 verificava o resultado líquido do exercício de menos quatrocentos e setenta e nove mil quinhentos e vinte e seis euros e daquilo que se recordava das contas da Lógica o resultado líquido do exercício não se apresentou negativo em quase meio milhão de euros, sendo o mesmo em relação ao resultado operacional de quatrocentos e setenta e três mil quinhentos e noventa e quatro euros, valor este não coincidente com o apresentado no mapa de exploração da Lógica, que terá um resultado de exploração de treze mil euros no ano 2013, supondo a existência de mais um lapso que importará corrigir. O vereador terminou a sua intervenção lembrando a necessidade de dar importância a esta empresa e à sua sustentabilidade, sendo esta última gerada pela própria empresa, que a mesma seja auto sustentável e não subsistisse à custa da autarquia como se constata face ao documento apreciado.-----

-----Tomou a palavra o Presidente da Câmara para referir que haveria várias observações a fazer relativamente às contas da empresa Lógica, começando por aludir que não haveria seguramente entidade que tivesse maior transparência ao nível da prestação de contas do que uma empresa municipal, o Revisor Oficial de Contas ao serviço do município seria uma pessoa bastante prestigiada no meio e não deixaria passar qualquer irregularidade ou inexactidão nas contas, lapsos havê-los-ia seguramente, devendo ser corrigidos como naturalmente iria acontecer; em termos de informação em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

falta, tudo o que o vereador António Gomes pretendesse, informou o Presidente, bastaria solicitá-la preferencialmente por escrito, por uma questão de simplicidade, dirigido ao Presidente da Câmara que faria chegar o pedido ao presidente da Lógica E.M.. Continuando, o Presidente esclareceu que, quanto aos fluxos financeiros para a Lógica, nesta altura, a empresa tinha três fontes de financiamento principais, cerca de um terço cada uma delas: aproximadamente 1/3 referente a projectos comunitários; cerca de 1/3 da micro-geração e ainda outro terço decorrente do contrato programa com a Câmara Municipal, que segundo o Presidente gostaria de facto que este fosse menor, no entanto isso iria em contraditório àquilo que o vereador António Gomes acabara de dizer, com a proposta feita pelos vereadores do Partido Socialista no sentido de ser retirada competência à Lógica, por exemplo, na questão do Centro de Acolhimento a Micro Empresas, que seria precisamente uma das formas não só de justificar, como de incentivar o trabalho por esta desenvolvido, e ainda por ser a Lógica a entidade que geria o Parque Tecnológico de Moura. Reafirmando que o Partido Socialista havia votado contra a criação da Lógica, bem como da Câmara ter entregue à mesma a gestão daquele espaço, aludindo a preocupação face aos trabalhadores da empresa municipal, tal como a sustentabilidade da empresa, reforçando tudo ter feito e tudo fazer para assegurar o sucesso da mesma. Para finalizar o Presidente mencionou que quem criava a legislação não podia viver num país real, mas sim numa pátria aparte da nossa, considerando a existência de uma diferença substancial entre os gabinetes onde são feitas as leis e o país onde os portugueses vivem, fundamentando que se o país andasse “atrás” de todas as leis, artigos, decretos ou alíneas não faria mais nada, correndo ainda o risco, de chegar ao fim do caminho e existirem uma porção muito razoável de leis que não haviam sido cumpridas, aludindo ainda que quando alguma entidade, seja ela uma força política, seja um cidadão achar que a Câmara Municipal esteja a agir no âmbito da ilegalidade ou a cometê-las bastaria denunciá-las.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Ainda neste contexto o vereador António Gomes pediu a palavra para referindo-se à questão da transparência por si mencionada anteriormente, esta não teria a ver propriamente com este assunto, tendo feito alusão ao artigo 42º, sendo uma obrigação do Conselho de Administração da Lógica fornecer trimestralmente ao executivo a informação sobre a execução orçamental. Pela análise feita ao presente relatório, o vereador referiu ter existido um outro do 1º trimestre que não teria sido apresentado ao órgão executivo. Quanto ao futuro da Lógica, o vereador manifestou que a preocupação dos vereadores do Partido Socialista seria que esta empresa conseguisse subsistir sem ser à custa dos cofres da autarquia porque, em sua opinião, as empresas municipais só fariam sentido se representarem uma mais-valia para o concelho. Continuou, fazendo referência à questão do Centro de Acolhimento a Micro Empresas, que do ponto de vista dos vereadores do Partido Socialista não haveria nenhuma incoerência entre aquilo que haviam afirmado e reiteravam em relação às contas, sendo que a preocupação não seria meramente contabilística, na opinião de todos os vereadores a empresa Lógica seria uma empresa vocacionada para energias renováveis e novas tecnologias e não para a área empresarial, o apoio à criação de empresas ou ao empreendedorismo seria uma competência que não lhe parecia entrar dentro dos quadros da Lógica. -----

-----Para clarificação de alguns aspectos referidos pelo vereador António Gomes, o Presidente disse que se se considerar a empresa Lógica fora do âmbito empresarial, virada para o sector do solar ou fotovoltaico ter-se-ia que o considerar dentro da investigação científica, aludindo que, se o âmbito fosse esse seria melhor, em sua opinião, parar por aqui, porque as instituições de ensino superior, universidades e politécnicos não tinham qualquer financiamento para a investigação. Aludiu a que o Prof. Manuel Matos que era o membro do Conselho de Administração da Lógica e professor do ISEL tendo vindo a Moura com o Presidente do ISEL a preocupação de ambos não seria fazer grandes coisas do ponto de vista da investigação ou de se lançarem grandes programas estratégicos. Em relação às mais-valias ou à injeção de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

dinheiro por parte da Câmara Municipal para que as entidades existam, a verdade é que actualmente se verifica a necessidade de subsidiar o movimento associativo do concelho de Moura para que este tenha a pujança e o dinamismo que tem, que não vivendo à custa da Câmara Municipal, tem nela um importante parecer naquilo que são as actividades do movimento associativo. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, TOMAR CONHECIMENTO -----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DOS LOTES 3 E 4 DA FASE 1 DA UP 11 EM MOURA - AVERBAMENTO DE LOTES ÀS EMPRESAS: PLANUBER, UNIPESSOAL, LDA. E APISMELLIFERA - PRODUÇÃO/EXPORTAÇÃO, LDA. -----

-----DOC.12/31 -----

-----Foi presente proposta subscrita pelo Presidente no sentido de se proceder ao averbamento e atribuição dos lotes nº 3 e nº 4 com os artigos matriciais 3547 e 3548 para efeitos de realização das futuras escrituras de compra e venda às empresas Planuber, Unipessoal, Lda e Apismelífera – Produção/Exportação, Lda. ----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DOS LOTES Nº 3 E Nº 4 COM OS ARTIGOS MATRICIAIS 3547 E 3548 PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DAS FUTURAS ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA ÀS EMPRESAS PLANUBER, UNIPESSOAL, LDA E APISMELIFERA – PRODUÇÃO/EXPORTAÇÃO, LDA. -----

-----PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE LOTE NA UP 11 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO -----

-----DOC.13/31 -----

-----Na sequência do sorteio realizado no dia 18/11/2013 e da deliberação da Câmara Municipal de Moura de 02//12/2013 foi atribuído a Rui Eduardo Pelica Fialho (Plano B) o lote nº3 da fase 1 da UP11 com o artigo matricial 3547, freguesia de Santo Agostinho, com área máxima de implementação de 2919,00m² e área bruta de construção de 3508,08m². Em fase dos argumentos apresentados pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

requerente foi presente proposta de prorrogação do prazo por mais seis meses – até ao dia 02/06/2015 – para apresentação de respectivo projeto. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR MAIS SEIS MESES, PARA APRESENTAÇÃO DO RESPECTIVO PROJETO PELA EMPRESA PLANO B.**-----

-----**DIVISÃO DE APOIO SOCIAL SAÚDE E EDUCAÇÃO**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA PARA ATRIBUIÇÃO DE DUAS BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015**-----

-----**DOC.14/31**-----

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação do Órgão Executivo, a aprovação da lista definitiva para atribuição de duas bolsas de estudo para o Ensino Superior referentes ao ano letivo 2014/2015. ---

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A LISTA DEFINITIVA DE CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE DUAS BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR REFERENTES AO ANO LETIVO 2014/2015, DE ACORDO COM A INFORMAÇÃO DA DASSE.**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA PARA ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO ARTÍSTICO REFERENTE AO ANO LETIVO DE 2014/2015**-----

-----**DOC.15/31**-----

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões, no âmbito da informação da DASSE de aprovação da Lista Definitiva para a atribuição de uma bolsa de estudo para o Ensino Secundário Artístico a Pedro Guilherme Moreno Beirão, referente ao ano letivo 2014/2015. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UMA BOLSA DE ESTUDO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ARTISTICO A PEDRO GUILHERME MORENO BEIRÃO, PARA O ANO LETIVO 2014/2015.-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA ISENÇÃO AO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014/2015**-----

-----**DOC.16/31**-----

-----Foi presente proposta subscrita pelo vereador Joaquim Simões a submeter à apreciação a Isenção ao Pagamento do Passe Escolar para o ano lectivo 2014/2015.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ISENÇÃO AO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR PARA O ANO LECTIVO 2014/2015 .**-----

-----**PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO ACORDO PROTOCOLAR COM O CLUBE DE FUTEBOL DE SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO REVOGANDO A DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 10 DE SETEMBRO DE 2014 REFERENTE À CITADA ENTIDADE**-----

-----**DOC.17/31**-----

-----Com base no Regulamento Municipal de Apoio ao Movimento Associativo, foi presente proposta para aprovação do Acordo Protocolar com o Clube de Futebol de Santo Aleixo da Restauração, revogando-se a deliberação de 10 de Setembro de 2014. --

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O ACORDO PROTOCOLAR COM O CLUBE DE FUTEBOL DE SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO, REVOGANDO-SE A DELIBERAÇÃO DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.** --

-----**PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DOS DOIS PRIMEIROS MESES DE UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATÉ SHOTOKAN**-----

-----**DOC.18/31**-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente para apreciação proposta de isenção do pagamento dos dois primeiros meses de utilização do ginásio do Pavilhão Gimnodesportivo pela Associação Portuguesa, de Karaté Shotokan, a qual se propõe criar um núcleo desta modalidade em Moura. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DOS DOIS PRIMEIROS MESES DE UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO PELA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE KARATÉ SHOTOKAN .** -----

DIVISÃO DE CULTURA PATRIMÓNIO E DESPORTO

-----**PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO À COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA PAROQUIAL PARA PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA BANDA FILARMÓNICA UNIÃO MUSICAL AMARELEJENSE / NOVENAS NOSSA SENHORA IMACULADA CONCEIÇÃO** -----

-----DOC.19/31 -----

-----Foi presente proposta de apoio às Novenas em honra de Nossa Senhora Imaculada Conceição em Amareleja, através da comparticipação de quinhentos euros à Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial para pagamento da participação da Banda Filarmónica União Musical Amarelejense na Procissão. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO DE QUINHENTOS EUROS À COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA PAROQUIAL PARA PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA BANDA FILARMÓNICA UNIÃO MUSICAL AMARELEJENSE NA PROCISSÃO .** -----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

-----**VISTORIA DE CONSERVAÇÃO DO EDIFICADO AO "EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DE MOAGEM"** -----

-----DOC.20/31 -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Na sequência do processo de vistoria nº45/2014 (Procº D-07/2013) foi presente proposta do Presidente da Câmara no sentido de que se notifique a Junta de Freguesia de Amareleja a fim de proceder à demolição da fachada do edifício em causa, e uma vez que os custos de manutenção são inoportáveis e ainda por haver risco de derrocada da estrutura, que se confirme a disponibilidade da Câmara Municipal de Moura em participar nos trabalhos de demolição, no montante de quarenta mil euros; que se confirme ainda a disponibilidade da Câmara Municipal de Moura para elaborar um projeto para o local. -----

-----Pedi a palavra o vereador Francisco Canudo Sena para colocar duas questões: a primeira das quais se a Junta de Freguesia de Amareleja, relativamente à presente proposta havia sido auscultada e qual a opinião da mesma sobre o assunto; a segunda se o Presidente teria ideia de quais os custos que iriam envolver a manutenção da fachada. -----

-----O Presidente respondeu que, tratando-se de uma proposta trazida a reunião de Câmara não poderia ter apresentado o documento em causa antes à Junta de Freguesia, tendo esta que sair da reunião como uma proposta oficial da Câmara, esclareceu ainda que este processo teria um histórico que remontava ao ano 2007. Na altura o edifício não seria propriedade da Câmara mas sim da Direção Geral do Património do Estado, pelo que seria intenção de, existindo acordo, a demolição integral o que implicava o desenho também integral do que lá existia. Do ponto de vista estrutural, esclareceu o Presidente, a construção não seria tão excepcional quanto pudesse parecer, de modo a ser inviável; do ponto de vista de manutenção ou de demolição a diferença seria de um para quatro, a contenção periférica da fachada, em valores baixos andaria pelos cento e cinquenta mil euros, e, mesmo considerando esta verba um valor substancial, o problema nem residia tanto na contenção da fachada, mas sim no que se faria depois da contenção desta, tendo que se entrar num processo de consolidação permanente, logo, de custos permanentes a nível de consolidação, para além do mais, haveria a necessidade de elaboração de um projeto, que teria que ser coerente com o existente. No presente momento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

informou o Presidente, estar-se-ia perante um problema de risco de derrocada iminente. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena emitindo a sua opinião sobre o assunto considerou, ser obrigatório que a Câmara, nomeadamente a pessoa responsável pela Proteção Civil, acautelar no imediato medidas de minimização de risco, como o corte ao trânsito no local, a colocação de baias de protecção e outros. Já no que respeitava à fachada do edifício, o vereador manifestou ser uma questão que não o preocuparia, no entanto, inquietava-o sim aquilo que a fachada representaria para a população da Amareleja, de acordo com o que lhe era dado saber, teria algumas dúvidas se com esta medida não se estaria a “comprar uma nova guerra “com a Junta de Freguesia de Amareleja, porque as informações de que dispunha seriam de que não haveria grande disposição da parte da mesma para a demolição da fachada em causa.- -----

-----O Presidente retorquiu ter consciência daquilo que a fachada representava para a Amareleja, até pela excepionalidade que aquele elemento teria do ponto de vista de uma área que conheceria razoavelmente bem, e que seria a da arqueologia industrial, sendo que estes edifícios retratariam muito para as populações, no entanto, no estado em que o edifício se apresentava, por muita carga simbólica que este representasse, arriscava-se a cair, tal como mencionado no auto de vistoria. -----

-----O vereador Francisco Canudo Sena fez uma pequena intervenção já no sentido da votação que passaria por, independentemente das preocupações manifestadas pelo Presidente, ou da solução proposta, a opinião dos vereadores do Partido Socialista seria que devia ter existido uma conversa prévia com a Junta de Freguesia, pelo que o sentido de voto seria o da abstenção. O Presidente informou ainda que já teriam existido inúmeras reuniões com a Junta de Freguesia de Amareleja quer sobre a Fábrica de Moagem, quer sobre inúmeros assuntos, pelo que a falta de diálogo entre as partes não serviria de desculpa. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----DELIBERADO, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DE NOTIFICAR A JUNTA DE FREGUESIA DE AMARELEJA PARA PROCEDER À DEMOLIÇÃO DA FACHADA DO EDIFÍCIO; MANIFESTAR A DISPONIBILIDADE DA CÂMARA EM COMPARTICIPAR NOS TRABALHOS DE DEMOLIÇÃO NO MONTANTE DE QUARENTA MIL EUROS E CONFIRMAR E AINDA A DISPONIBILIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA PARA ELABORAR UM PROJETO PARA O LOCAL .-----

-----PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NA HERDADE DOS COTÉIS - PRÉDIO RÚSTICO COM O ARTIGO MATRICIAL, N.º 13, DA SECÇÃO A DA FREGUESIA DE SANTO AGOSTINHO - REQUERENTE:COTEIS PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROALIMENTAR, LDA. / HOMOLOGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INDICADOS NOS PONTOS 1 E 2 DO TEXTO DA PÁGINA 5/6 -
-----DOC.21/31 -----

-----Foi presente ofício da Empresa Cotéis Produção e Comercialização Agro-Alimentar, a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal das atividades agro-industriais desenvolvidas na Herdade dos Cotéis. Neste âmbito, foi proposto pelo Presidente da Câmara para homologação, no âmbito das suas competências (cfr. Alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, o reconhecimento de interesse Público Municipal para as atividades agro-industriais desenvolvidas na Herdade dos Cotéis, assim como, da instalação e ampliação dos estabelecimentos industriais, e ainda de alteração simplificada da delimitação da REN do concelho de Moura, que assumirá um carácter excepcional, de modo a viabilizar a ampliação das unidades agro-industriais existentes na Herdade dos Cotéis. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS DESENVOLVIDAS NA HERDADE DOS COTÉIS - PRÉDIO RÚSTICO COM O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ARTIGO MATRICIAL N.º 13, DA SECÇÃO A DA FREGUESIA DE SANTO AGOSTINHO, E AINDA A ALTERAÇÃO SIMPLIFICADA DA DELIMITAÇÃO DA REN DO CONCELHO DE MOURA, QUE ASSUMIRÁ UM CARÁCTER EXCEPCIONAL, DE MODO A VIABILIZAR A AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS EXISTENTES NA HERDADE DOS COTÉIS E SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

-----O Presidente deu início a este período passando a palavra à munícipe Maria Teresa Perfeito, residente na Rua da Fonte Nova em Safara, que referiu estar presente na reunião de Câmara para mais uma vez lembrar que desde há algum tempo a esta parte está a aguardar o arranjo dos telhados que se encontravam em muito mau estado de conservação, situação essa que se tem vindo a agravar com a vinda das chuvas, precisando com urgência desse arranjo, alegando ainda as dificuldades económicas com que se via confrontada diariamente. O Presidente informou a munícipe da existência de um gabinete de apoio nessa área que teria neste momento cerca de quarenta processos para financiamento, cujas obras seriam realizadas de acordo com o critério de necessidade ou de maior gravidade, pelo que pedia que se dirigisse à Dra. Dina Marques para que esta a informasse do estado em que se encontrava o processo solicitando à mesma que até ao final da semana fosse agendada uma nova vistoria à habitação. -----

-----VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezoito horas e trinta minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 3 de dezembro de 2014

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____